R E Q U E R I M E N T O

Assunto: *Solicitando ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP e ao Ministério Público da comarca de Garça, para ciência e providências quanto à omissão do poder executivo em repassar o piso salarial nacional dos professores.*

Considerando que em 2022 foi estabelecido o piso salarial nacional dos professores em R$ 3.845,63 (três mil oitocentos e quarenta e cinco reais e sessenta e três centavos);

Considerando que recentemente foi anunciado o reajuste de 14,9% no piso salarial dos professores, que passará de R$ 3.845,63 para R$ 4.420,55;

Considerando que o município de Garça não repassou aos professores da rede municipal o reajuste no ano de 2022 tampouco no corrente exercício;

Considerando que recentemente esta Casa aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 02/2023, encaminhado pelo Executivo, estabelecendo o reajuste salarial dos professores em apenas 5,79%, não atingindo o piso;

Considerando resposta da Mesa Diretora ao requerimento nº 19/2023, de 6 de Fevereiro de 2023, o qual solicitava informar a possibilidade de ajuizar ação em razão da omissão do Poder Público Municipal em relação a não concessão do piso nacional do magistério, foi informado que estaria sendo estudada essa possibilidade;

Requeiro à Mesa, na forma regimental e consultado o Plenário, oficie-se ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP e ao Ministério Público da comarca de Garça, para ciência e providências quanto à omissão do poder executivo em repassar o piso salarial nacional dos professores

Sala das Sessões, assinado e datado eletronicamente.

ADHEMAR KEMP MARCONDES DE MOURA FILHO
Vereador – MDB

Assinado de forma digital por ADHEMAR KEMP MARCONDES DE MOURA FILHO:33378319828
Dados: 2023.10.09 17:06:02 -03'00'

Documento assinado eletronicamente pelo(s) autor(es), nos termos da Medida Provisória *nº* 2.200-*1, de 27 de julho de 2001, em conformidade com as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).*